STJ00098028

Luiz Antonio Scavone Junior

JUROS NO DIREITO BRASILEIRO

5ª edição
revista, atualizada
e ampliada

gen | Editora FORENSE

RIO DE JANEIRO

STJ00098028

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Danilo Oliveira

A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S315j

Scavone Junior, Luiz Antonio, 1966-

Juros no direito brasileiro / Luiz Antonio Scavone Junior. – 5. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Forense, 2014.

ISBN: 978-85-309-5480-2

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

14-09044 CDU: 34:351.713(81)

SUS-994630

STJ00098028

SUMÁRIO

ABREVIATURAS 17

INTRODUÇÃO 19

1. ESCORÇO HISTÓRICO 31
   1.1 Os juros a partir da Idade Média e sua evolução ante o direito canônico 31
   1.2 Os juros e o direito romano 36
   1.3 A evolução da questão dos juros no direito brasileiro 38

2. LINEAMENTOS DOS JUROS 43
   2.1 Conceito 43
   2.2 Finalidades (remuneração do capital e neutralização do risco) 48
   2.3 Natureza jurídica 51
   2.4 Direito comparado 53
      2.4.1 Estados Unidos 53
      2.4.2 Inglaterra 56
      2.4.3 Argentina 57
      2.4.4 França 61
      2.4.5 Espanha 64
      2.4.6 Portugal 67
      2.4.7 Itália 69
      2.4.8 Suíça 70
      2.4.9 Alemanha 71
      2.4.10 Conclusões extraídas do direito estrangeiro 72
         2.4.10.1 Limites das taxas de juros 72
         2.4.10.2 Anatocismo 72
         2.4.10.3 Juros compensatórios e necessidade de pacto expresso 73
         2.4.10.4 Juros moratórios 73

STJ00098028

3. CLASSIFICAÇÃO 75
3.1 A questão metodológica 75
3.2 Proposta de classificação dos juros 76
3.3 Juros quanto à origem 78
3.3.1 Juros legais e a taxa aplicável – Taxa Selic e juros de 1% do CTN 78
3.3.1.1 Taxa Selic ou taxa de 1% ao mês do art. 161, § 1.º, do CTN, como taxa legal de juros do art. 406 do Código Civil? 82
3.3.2 Juros convencionais 97
3.3.3 Distinção 97
3.4 Juros quanto ao fundamento 99
3.4.1 Juros compensatórios 99
3.4.1.1 Juros convencionais compensatórios 101
3.4.1.2 Juros legais compensatórios 104
3.4.1.3 Obrigação natural de juros compensatórios 113
3.4.2 Juros moratórios 115
3.4.2.1 Mora 116
3.4.2.2 Juros legais moratórios 124
3.4.2.3 Juros convencionais moratórios 125
3.4.2.4 Início da contagem dos juros moratórios – obrigações positivas e líquidas com e sem prazo para cumprimento; obrigações positivas e ilíquidas (responsabilidade contratual e extracontratual); juros moratórios sobre honorários advocatícios 127
3.4.2.5 Juros moratórios nas obrigações decorrentes de ato ilícito 148
3.4.2.6 Juros moratórios nas obrigações negativas 151
3.4.2.7 Juros moratórios nas dívidas de dinheiro 154
3.4.2.8 Juros moratórios nas obrigações convertidas em perdas e danos – Inadimplemento absoluto 160
3.4.2.9 Juros moratórios na mora do credor 160
3.4.2.10 Juros moratórios e mora simultânea 163
3.4.2.11 Juros moratórios nas moras *ex persona* especiais 163
3.4.2.12 Juros moratórios nos títulos de crédito 165
3.4.2.13 Juros moratórios devidos pelo Estado 170

STJ00098028

3.4.2.14 Outros casos – Falência, recuperação judicial e administração de portos ... 182
3.4.2.15 Desnecessidade de pedido expresso de juros moratórios ... 183
3.4.2.16 Cumulação de juros moratórios com juros compensatórios ... 185
3.5 Juros quanto à capitalização ... 189
3.5.1 Juros simples e compostos ... 189
3.5.1.1 A taxa de juros nominal e efetiva como indicativo de juros capitalizados de forma composta ... 191
3.5.2 A proibição legal dos juros capitalizados de forma composta inserta no Decreto 22.626/33 ... 192
3.5.2.1 Anatocismo ... 192
3.5.2.2 O alcance do art. 4.º do Decreto 22.626/33 ... 197
3.5.3 Exceções que possibilitam a aplicação de juros compostos ... 198
3.5.3.1 Os juros capitalizados de forma composta e as obrigações decorrentes de atos ilícitos ... 199
3.5.3.2 Os juros capitalizados nos débitos trabalhistas ... 201
3.5.3.3 Os juros capitalizados de forma composta em normas especiais ... 202

4. SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO ... 203
4.1 Tabela *price* ... 203
4.1.1 Os fundamentos históricos e jurídicos da tabela *price* ... 205
4.1.2 A tabela *price* e o anatocismo frente à ciência matemática ... 215
4.1.3 A ilegalidade da tabela *price* tendo em vista o critério do art. 6.º do Decreto 22.626/33 ... 222
4.1.4 Argumentos a favor da legalidade da tabela *price* ... 228
4.1.5 Exemplo prático de aplicação ilegal da tabela *price* ... 232
4.1.6 A tabela *price* diante do Código de Defesa do Consumidor ... 234
4.2 Sistema de Amortização Constante (SAC) ... 241
4.2.1 Legalidade do sistema de amortização constante ... 242

5. A LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS ... 247
5.1 O limite dos juros no direito brasileiro ... 247
5.2 Os juros convencionais moratórios ... 249
5.3 Os juros convencionais compensatórios ... 250
5.4 Limites decorrentes de leis especiais e conclusões ... 255

STJ00098028

6. OS JUROS E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 259
6.1 A liberação das taxas de juros para as instituições financeiras 259
6.1.1 A Constituição Federal de 1988 e a limitação das taxas de juros 268
6.1.2 Tese da competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira 275
6.1.3 Tese da necessidade de demonstração da taxa liberada – Tendência jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à limitação das taxas de juros 279
6.2 Instituições financeiras e os juros capitalizados de forma composta 281
6.2.1 A Medida Provisória 2.170-36, a Lei 11.977/2009 ("Programa Minha Casa Minha Vida") e a questão da liberação do anatocismo para as instituições financeiras 284
6.3 Cédulas e notas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação 300
6.3.1 O limite da taxa de juros nas cédulas e notas de crédito 301
6.3.2 A capitalização de juros nas cédulas e notas de crédito 301
6.3.3 Juros moratórios nas cédulas de crédito 304
6.4 Cédula de Crédito Bancário 304
6.4.1 Características da Cédula de Crédito Bancário 309
6.4.1.1 Garantias 309
6.4.1.2 Penhor de direitos 310
6.4.1.3 Penhor e tradição do bem 310
6.4.1.4 Seguro 310
6.4.1.5 Registro 311
6.4.1.6 Deteriorações 312
6.4.1.7 Cessão 312
6.4.2 A capitalização dos juros na Cédula de Crédito Bancário 313
6.5 Análise do Acórdão no Recurso Especial 1.061.530/RS, julgado nos termos do art. 543-C do CPC, aplicável aos Contratos Bancários de mútuo com incidência do Código de Defesa do Consumidor 314

7. SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO EM RAZÃO DOS JUROS COMPOSTOS 331
7.1 Sistema Financeiro Imobiliário – Considerações gerais 331
7.1.1 Conceito e natureza jurídica 331
7.1.2 Objeto 334
7.2 Os juros no Sistema Financeiro Imobiliário 334

STJ00098028

8. USURA 337
8.1 Usura pecuniária e usura real 337
8.1.1 A etimologia de "juros onzenários" 340
8.2 A usura e as taxas de juros 342
8.2.1 Usura real – lesão – em razão das instituições financeiras 342
8.2.2 Usura pecuniária 345
8.3 Medida Provisória 1.820 – Repressão à usura 347
8.3.1 Usura pecuniária 347
8.3.2 Usura real (lesão) 348
8.3.3 Garantia dissimulada nos negócios usurários 350
8.3.4 Inversão do ônus da prova 350
8.3.5 Exclusão de incidência da norma 350
8.4 A usura e o Código de Defesa do Consumidor 352
8.5 Títulos de crédito e usura 354
8.6 Vendas a prazo e usura disfarçada no preço 355

9. CORREÇÃO MONETÁRIA – DIFERENÇA ESPECÍFICA DE JURO 357
9.1 Conceito 357
9.2 Legislação vigente acerca de correção monetária 360
9.2.1 Periodicidade de correção monetária 360
9.2.2 Vedação da utilização de moeda estrangeira para correção monetária 365
9.3 Termo inicial da correção monetária 366
9.3.1 Ilícitos contratuais 366
9.3.2 Débitos decorrentes de decisão judicial 368
9.3.3 Títulos de crédito 371
9.3.4 Ato ilícito 373
9.4 Taxas de juros – Indevida utilização como mecanismo de correção monetária 374
9.4.1 Taxa Referencial de Juros – TR 374
9.4.1.1 Âmbito de abrangência da TR 382
9.4.1.2 Uso da TR nos contratos celebrados no âmbito do SFH após a Lei 8.177/91 384
9.4.2 Comissão de permanência 395
9.4.3 Outros mecanismos que não representam correção monetária 405
9.4.4 O uso indevido de taxa de juro como correção monetária cumulada com taxa de juro 406

STJ00098028

10. REFLEXÕES FINAIS SOBRE OS JUROS 407

BIBLIOGRAFIA 427

1. Livros 427
2. Artigos 432
3. Dissertações e teses 435
4. Internet 435
5. Periódicos, textos e compilações 435

APÊNDICE 437

1. Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 437
2. Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001 439
3. Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 (Parcial) 441
4. Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004 (Parcial) 442
5. Súmulas do STJ e do STF 450
6. Emenda Constitucional n. 40, de 29 de maio de 2003 453

OBRAS DO AUTOR 455